

FECOMÉRCIO

VEÍCULO: GAZETA DO OESTE

DATA: 18.06.15

EDITORIA: CIDADES

Varejo em baixa

Retração nas vendas em abril foi de -5,9%, o que levou o acumulado de 2015 novamente para um número negativo: -0,6%, segundo a Fecomércio-RN

As vendas do Comércio Varejista Ampliado no Rio Grande do Norte registraram uma queda em abril, segundo o IBGE. A retração no quarto mês do ano foi de -5,9%, o que levou o acumulado de 2015 novamente para um número negativo: -0,6%. Os percentuais potiguarenses retratam o quadro de instabilidade econômica nacional, mas ainda mostram uma situação melhor que a média brasileira. Segundo o mesmo IBGE, no país as vendas despencaram -8,5% em abril e o acumulado do ano e aponta queda de -6,1%.

O número de abril chega após um respiro do varejo verificado em março, quando a alta de 7,1% havia devolvido o balanço do ano ao patamar dos números positivos, situação que é minimizada pelo presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz. "Nós sabíamos que o número de março era atípico e havia sido provocado por questões como o efeito calendário (o fato de que o Carnaval deste ano aconteceu em fevereiro e o do ano passado em março, fazendo com que o terceiro mês deste ano tivesse mais dias úteis). A retração de abril, que é um mês no qual não temos datas fortes de apelo comercial, era esperada", disse Queiroz.

O presidente da Fecomércio salientou que a federação continua otimista de que este quadro de desaceleração de vendas poderá ser revertido em breve. "Temos, em maio e junho, duas datas fortes de vendas, que são o Dia das Mães e dos Namorados, nas quais registramos altas, embora menores que as de 2014. Eu acredito que fecharemos o primeiro



"[...] o número de março era atípico e havia sido provocado por questões como o efeito calendário"

Marcelo Queiroz

Crise

Percentuais potiguarenses retratam o quadro de instabilidade econômica nacional

semestre deste ano com um pequeno crescimento de vendas, na casa dos 2% que seria menor que os 3,2% que registramos de alta no primeiro semestre de 2014. Esta, aliás, é a projeção que fazemos para o ano. Crescer, mas crescer menos que o crescimento de 2014 inteiro, que foi de 2,2%. Projetamos para o ano inteiro de 2015, alta em torno de 1,5%, que seria digna de ser comemorada", disse.

SETORES

No país, no mês de abril, a atividade de móveis e eletrodomésticos, com variação de -16,0% no volume de vendas em relação a abril do ano passado, registrou o maior impacto negativo. No acumulado do ano e dos últimos 12 meses, as taxas foram de -8,9% e -3,9%, respectivamente. Tal comportamento pode ser atribuído à retirada gradual dos incentivos (redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI) direcionados à linha branca, somada à redução da massa de rendimento (3,8% sobre abril de 2014, segundo a PME) e ao menor ritmo de crescimento do crédito.

O segmento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com taxa de -2,3% no volume de vendas em abril de



Atividade de móveis e eletrodomésticos, com variação de -16,0% no volume de vendas, registrou o maior impacto negativo

2015 sobre igual mês do ano anterior, foi a segunda maior contribuição negativa na formação da taxa. Em termos de resultados acumulados, a atividade apresentou variação no ano de -1,6% e de -0,6% nos últimos 12 meses. Apesar do crescimento dos preços de alimentação no domicílio se encontrar abaixo da média geral, este desempenho foi influenciado pelo menor poder de compra da população.

Têxteis, vestuário e calçados foram responsáveis pela terceira maior participação negativa na composição do índice geral do varejo, com variação de -7,5% em relação

a igual mês do ano anterior, acumulando -4,2% no ano e -1,9% nos últimos 12 meses. Mesmo com os preços de vestuário se posicionando o abaixo do índice geral de inflação (variações respectivamente de 3,6% e 8,2% no acumulado dos últimos 12 meses, até abril, segundo o IPCA), esta atividade vem apresentando desempenho negativo e inferior à média geral do comércio varejista.

O segmento de combustíveis e lubrificantes apresentou taxa de -2,1% no volume de vendas em relação a abril de 2014, respondendo pela quarta maior contribuição negati-

va à taxa global do varejo. A taxa de crescimento acumulada no ano (2,1%) e a dos últimos 12 meses (-0,1%), refletem o comportamento do crescimento dos preços de combustíveis acima da média, com 8,5% de variação em 12 meses, contra os 8,2% do índice geral, segundo o IPCA. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, setor com a maior participação positiva, apresentou taxa de 6,2% na relação abril 2015/abril 2014, e taxas acumuladas no ano e nos últimos 12 meses de 5,9% e 7,5%, respectivamente. O desempenho setorial favorável desta ati-

vidade pode ser atribuído, especialmente, ao caráter de uso essencial de seus produtos e à variação de preços de medicamentos abaixo do índice geral. O volume de vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, com aumento de 2,7% frente a abril de 2014, registrou a segunda maior participação positiva. Os resultados em termos acumulados, variação de 13,5% no ano e de 2,9% nos últimos 12 meses, podem ser explicados pelo comportamento dos preços dos computadores, um dos principais itens que compõem a atividade.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 18.06.15
FINANÇAS

EDITORIA: NEGÓCIOS E

RN diferente do País

No mês de abril, o varejo potiguar também registrou retração nas vendas, porém, veio abaixo da estatística registrada no País, segundo o IBGE. Enquanto no País a queda foi de 5,9%, as vendas do comércio varejista ampliado no RN registraram uma queda menor, de -0,6% no acumulado do ano. A Fecomércio RN acredita que fechará o primeiro semestre deste ano com um pequeno crescimento de vendas, na casa dos 2% que seria menor que os 3,2% registrados de alta no primeiro semestre de 2014. Bom para o estado por ser o comércio o maior empregador, maior gerador de receitas e de renda. Ao vender mais, compra mais da indústria e garante os empregos.

CRESCIMENTO As farmácias do país têm a receita contra a crise no comércio. Na contramão da retração nas vendas em abril, perfumaria e medicamentos crescem 6,2%, frente a igual mês de 2014. No RN, artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, segmento com a maior participação positiva, com taxa de 6,2% - abril 2015/abril 2014 - e taxas acumuladas no ano e nos últimos 12 meses de 5,9% e 7,5%. Ou seja, o brasileiro está mais doente, mais inadimplente e cheiroso.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 18.06.15

EDITORIA: NATAL



O Serviço Social do Comércio – SESC-AR/RN, através de sua Comissão Especial de Licitação, torna pública a realização do seguinte certame:

1) CONCORRÊNCIA-AR/RN Nº 15/00027-CC, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA EMERGENCIAL NO ALMOXARIFADO CENTRAL DO SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Abertura dia 03/07/2015 às 09:30 horas na sede do SESC-AR/RN, localizada a Rua Coronel Bezerra, nº 33, Cidade Alta, Natal/RN.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Eletronicamente através do site <http://www.sescrn.com.br>

INFORMAÇÕES: Pelo telefone (84) 3133-0360 – ramal 263, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Natal, 18 de junho de 2015

Marília Paiva de Souza
Presidente da CPL

NOTÍCIAS DE INTERESSE:

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 18.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

/ MEMÓRIA /

MORRE PAES DE ANDRADE, EX-PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O EX-PRESIDENTE DA Câmara dos Deputados Antônio Paes de Andrade (PMDB-CE) morreu ontem, aos 88 anos, por falência múltipla dos órgãos. Ele estava internado no hospital Santa Lúcia, em Brasília. O corpo do peemedebista será velado no Salão Negro do Congresso Nacional nesta hoje pela manhã.

Na semana passada, Andrade chegou a fazer uma cirurgia para a implantação de uma sonda gástrica. O peemedebista era sogro do senador Eunício de Oliveira (PMDB-CE), que é casado com Mônica Paes de Andrade Oliveira.

Paes de Andrade foi presidente da Câmara dos Deputados entre 1989 e 1991. Neste período, o peemedebista assumiu, interinamente, por 11 vezes a presidência da República, de acordo com informações do site da Câmara.

Em uma das ocasiões, o peemedebista convidou parentes, aliados e amigos para voar no avião presidencial de Brasília até a sua cidade-natal, Mombaca (CE), quando assumiu o

comando do país interinamente na ausência de José Sarney. O episódio rendeu-lhe o apelido de "Mombacinha".

Nascido em 18 de maio de 1927, ele foi eleito três vezes deputado estadual e, oito vezes deputado federal. Seu primeiro mandato em Brasília aconteceu em 1963 e ele permaneceu no Congresso até 1999.

Em 1994, ele foi presidente nacional do PMDB. Após deixar o Congresso, Paes de Andrade atuou como embaixador do Brasil em Portugal, entre 2003 e 2007.

Segundo o site da Câmara, Paes de Andrade levou aos Congressos da União Interparlamentar, entidade que reúne 130 países e que tem suas deliberações incluídas na pauta dos trabalhos da ONU (Organização das Nações Unidas), a manifestação das oposições brasileiras contra a censura à imprensa, a violação dos direitos humanos, as cassações de mandatos parlamentares, as prisões arbitrárias e a extinção de partidos políticos.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 18.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

TCU decide que Dilma terá que apresentar explicações

« FISCALIZAÇÃO » Ministros do Tribunal de Contas definem prazo de 30 dias para a presidente explicar possíveis irregularidades na prestação de contas

Brasília (AE) - A decisão de colher um depoimento da presidente Dilma Rousseff em até 30 dias para explicar as contas públicas de 2014 foi acatada por unanimidade pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse prazo a presidente deverá preparar uma resposta para a Corte, mas isso não garante que as contas serão aprovadas. Um novo parecer será feito por Nardes depois da explicação de Dilma. O ministro do TCU Benjamin Zymler disse que a "ideia da oitiva da presidente da república é republicana e constitucional". O ministro Raimundo Carreiro afirmou que o tribunal está inovando com fundamento na constituição e no regimento interno. O ministro Vital do Rêgo classificou o julgamento como histórico.

O ministro Augusto Nardes, relator do processo das contas de 2014 do governo da presidente Dilma Rousseff no Tribunal de Contas da União (TCU), afirmou que a presidente Dilma Rousseff terá de dar explicações sobre 13 dos 31 problemas encontrados nas contas públicas de 2014. A defesa não precisa ser presencial, poderá ser por escrito. Nardes explicou que apesar de estar caracterizado o desrespeito a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com as pedaladas, o tribunal está dando direito ao contraditório. Ele também falou que serão necessárias explicações sobre o contingenciamento que deveria ter sido feito em 2014. "A rejeição das contas vai depender das justificativas apresentadas", disse.

Nardes argumentou que sua proposta sempre foi de ter transparência maior das contas da presidência e disse que depois do contraditório da presidente, será apresentado um novo parecer "Estamos dando direito ao contraditório para que não haja disputa no STF", explicou. "Estamos inaugurando um



Augusto Nardes é o relator do processo referente à prestação de contas de 2014 do governo federal

novo tempo de não mais aprovar as contas com ressalvas. Para lutar contra a corrupção, temos de ter boa governança", afirmou.

O ministro disse que conversou com a presidente Dilma anteriormente, quando recomendou a correção dessas falhas. Segundo ele, o Brasil está perdendo credibilidade de forma acentuada. "Tem sido acelerado esse ponto de vista junto a sociedade brasileira e internacional. O fato de Adams (AGU) dizer que não vai repetir é um avanço", observou.

A fala de Nardes ocorreu durante entrevista coletiva concedida à imprensa, ocasião na qual ele fez uma ampla defesa de melhora da governança. "O Brasil precisa de um choque de governança. Se existe uma lei de responsabilidade fiscal, ela tem de ser para todos. A LRF é para evitar que seja feito com os bancos o que ocorreu no passado, o uso indiscriminado de bancos", afirmou.

Julgamento

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), avi-

sou que o Congresso vai retomar o julgamento de contas presidenciais, parado há 12 anos consecutivos.

O anúncio foi feito horas depois de o Tribunal de Contas da União (TCU), em decisão inédita, fixar prazo de 30 dias para a presidente Dilma Rousseff explicar pessoalmente, por ofício, irregularidades de R\$ 281 bilhões no balanço apresentado pelo governo federal em 2014, entre elas as chamadas "pedaladas fiscais".

O parecer prévio da corte, a ser enviado ao Legislativo, será dado após o contraditório da presidente e, pela primeira vez em 80 anos, poderá recomendar a reprovação por conta de 13 distorções verificadas.

Eduardo Cunha, que impõe na Câmara uma pauta de oposição ao governo, se reuniu na tarde de hoje com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para definir qual a melhor forma de fazer a votação: por sessão do Congresso ou apreciação de cada Casa.

Pontos para explicar

Veja abaixo os pontos que a presidente terá de explicar aos ministros do tribunal:

1. Não registrar na dívida pública os passivos gerados pelos atrasos nos repasses do Tesouro a bancos e autarquias, prática chamada de "pedalada fiscal".
2. Infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal por conta das "pedaladas".
3. Adiantamentos ilegais concedidos pelo FGTS à União para cobertura de despesas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida nos exercícios de 2010 a 2014.
4. Adiantamentos ilegais concedidos pelo BNDES à União para cobertura de despesas do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).
5. Não incluir o "rol de prioridades" e metas no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014.
6. A união pagar suas dívidas com o

FGTS sem a devida autorização orçamentária.

7. Extrapolar o montante de recursos aprovados, no Orçamento de Investimento, por 8 empresas estatais.

8. Executar despesas sem suficiente dotação no Orçamento de Investimento pelas empresas Araucária Nitrogenados S.A., Energética Camaçari Muricy e Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A., em desacordo com o disposto no inciso II do art. 167 da Constituição Federal.

9. Não contingenciar despesas discricionárias (não obrigatórias) da União no montante de pelo menos R\$ 28,54 bilhões, quando da edição do Decreto 8.367/2014.

10. Usar a execução orçamentária de 2014 para influir na apreciação, pelo Congresso, do Projeto de Lei PLN 36/2014, que flexibilizou a meta fiscal de 2014 (economia feita pelo governo para o pagamento de juros da dívida pública);

11. Inscrever em restos a pagar, sem previsão legal, R\$ 1,367 bilhão referentes a despesas do Programa Minha Casa Minha Vida no exercício de 2014.

12. Omitir nas estatísticas dos resultados fiscais de 2014 as transações primárias deficitárias da União junto ao Banco do Brasil, ao BNDES e ao FGTS.

13. Distorções que tornam indicadores e metas previstos no Plano Plurianual 2012-2015 não confiáveis.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 18.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

Comissão aprova reduzir maioria

« LEGISLATIVO » Projeto aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados pune como adultos os maiores de 16 anos que cometerem crimes hediondos, lesão corporal grave e roubo qualificado

Brasília (AE) - Em sessão fechada, deputados aprovaram a redução da maioria penal de 18 para 16 anos para alguns tipos de crime. Apesar de uma série de manobras de parlamentares contrários ao texto para obstruir a votação, com 21 votos a favor e seis contra, a comissão especial criada para discutir o tema decidiu que serão punidos como adultos os maiores de 16 anos que cometerem crimes hediondos (como latrocínio e estupro), homicídio doloso (com intenção de matar), lesão corporal grave, lesão corporal seguida de morte e roubo qualificado.

Os únicos contrários ao texto da redução foram Erika Kokay (PT-DF), Margarida Salomão (PT-MG), Maria do Rosário (PT-RS), Arnaldo Jordy (PPS-PA), Tadeu Alencar (PSB-PE) e Weverton Rocha (PDT-MA).

O novo relatório foi apresentado pelo deputado Laerte Bessa (PR-DF), que decidiu acolher propostas acordadas entre PMDB, PSDB e outros partidos, flexibilizando o parecer original que havia apresentado na semana passada. O acordo foi costurado pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para garantir aprovação na comissão. Cunha segurou o início da sessão no plenário principal da Câmara até que o texto fosse votado na comissão. A postura do presidente foi questionada pelo deputado Glauber Braga (PSB-RJ).

Próximo ao início da votação,

o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), e o ministro Eli-seu Padilha (Aviação Civil) foram à comissão para garantir que ela chegasse ao final. O governo temia que a procrastinação na comissão especial atrasasse a votação do ajuste fiscal no plenário da Câmara.

Alterações

No texto anterior, a redução da maioria era linear, ou seja, valia para qualquer crime. O texto aprovado dispensa a obrigação de se consultar o Ministério Público, assim como foi acordado. O texto prevê que os maiores de 16 anos e menores de 18 anos cumprirão a pena em estabelecimento separado dos maiores de 18 anos e dos menores de 16. A nova redação também prevê que União e Estados terão que criar os estabelecimentos para o cumprimento das penas.

"O cidadão de 16 anos sabe muito bem distinguir o que é um ato ilícito e um ato ilícito. Não podemos dizer que um menor de 16 anos é inimputável. Isso é um absurdo", afirmou Bessa. O ex-delegado de polícia disse preferir um texto ainda mais duro. "A minha convicção não é só de baixar de 18 para 16. Quería pegar mais um pouco, uma lasca desses criminosos, bandidos", afirmou, antes de criticar aqueles contrários à redução. "Muita gente que quer proteger hoje nunca esteve na rua para enfrentar um bandido, um delinquente desta natureza".



Deputados que votaram favoráveis ao projeto de redução da maioria penal comemoram

Debates foram tensos e com bate-boca

A sessão da comissão especial da Câmara dos Deputados, que aprovou a redução da maioria penal de 18 para 16 anos para alguns tipos de crime, foi tensa desde o início. Deputados contrários e favoráveis à redução tentaram diversas manobras para, respectivamente, acelerar ou atrasar a votação. Houve novo tumulto quando deputados da "bancada da bala" identificaram a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Carina Vitral. O presidente da comissão, André Moura (PSC-SE), permitiu que ela ficasse na sala, desde que atrás do cor-

dão de isolamento. Um dos deputados que pediu a saída da estudante foi Delegado Eder Mauro (PSD-PA), favorável à redução da maioria penal. "Prefiro encerrar a prisão de bandido do que o cemitério de vítima inocente", disse o parlamentar.

Os bate-bocas eram constantes: "Aqui não tem delegado, capitão ou coronel. Todos são deputados", disse Sérgio Vidigal (PDT-ES). "Que babaquice é essa? Está querendo aparecer", reagiu deputado Alberto Fraga (DEM-DF), coronel da reserva da Polícia Militar.

O clima também era tenso do lado de fora do plenário. Impedidos de entrar devido ao conflito com seguranças na semana passada, manifestantes fizeram um "apitão" no corredor onde funcionam as comissões e gritavam "Não à redução", "Fascistas não passarão" e "Fora Cunha", protestando contra o presidente da Câmara, favorável à redução da maioria penal. Como se trata de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), o texto precisa ser votado em dois turnos no plenário da Câmara.

Sessão inicia após votação da proposta

Brasília (AE) - Deputados favoráveis à redução da maioria penal deixaram a sala onde ocorria a votação do projeto em comissão especial cantando "sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor", em comemoração ao resultado pela aprovação da proposta na comissão que analisa o texto. Seguiram em direção a um grupo de manifestantes que foi impedido de entrar na reunião devido ao confronto na semana passada com a Polícia Legislativa.

Depois de alguns minutos, esses deputados entraram cantando no plenário da Câmara. O presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), no local, deu início à ordem do dia às 19h19, quando esse grupo de deputados entrou no local. A ordem do dia só poderia ser iniciada após encerramento da votação do projeto na comissão, sob o risco de invalidar a votação do projeto.

Em sessão fechada, deputados aprovaram a redução da maioria penal de 18 para 16 anos para alguns tipos de crime. Apesar de uma série de manobras de parlamentares contrários ao texto para obstruir a votação, com 21 votos a favor e seis contra, a comissão especial criada para discutir o tema decidiu que serão punidos como adultos os maiores de 16 anos que cometerem crimes hediondos.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 18.06.15

EDITORIA: GERAL

Acesso norte ao aeroporto será concluído em dezembro

« **TRANSPORTE** » Diretor do DER assegura que o viaduto sobre a BR-406 será entregue em agosto. Obras foram retomadas há vinte dias

As obras do acesso norte do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante serão concluídas até dezembro de 2015. É o que garante o diretor geral do Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RN), Jorge Fraxe. O secretário visitou na manhã de ontem, junto com o secretário de Estado do Planejamento e das Finanças, Gustavo Nogueira as obras do acesso norte ao aeroporto. "As obras de conclusão aos acessos do aeroporto é uma das prioridades do governo. Estamos fazendo o possível para que seja concluído o quanto antes", disse,

Jorge Fraxe também afirmou que o governo vai dar início as obras de acesso sul ao Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante ainda em Junho de 2015. E que a conclu-

são para a obra seria 2016, sem mês definido. Fraxe afirmou não haver perspectiva da realização de uma Parceria Público-Privada para a construção dos acessos.

Recursos

De acordo com o diretor do DER/RN o viaduto do acesso norte sobre a BR-406 será entregue em agosto. "A instalação das 24 vigas pretendidas está na fase final", afirmou. As obras foram retomadas há 20 dias, com recursos da ordem de R\$ 72 milhões garantidos pelo Governo do Estado através de convênios com a Caixa Econômica Federal.

A construção do acesso sul faz parte das contrapartidas previstas pelo governo do estado para lutar para sediar o hub da TAM, centro de conexões de voos de

passageiros e de carga. A expectativa é que o aeroporto de São Gonçalo possa contar com dois acessos prontos e reforçar o equipamento na disputa pelo equipamento da multinacional do segmento aéreo.

O titular da Seplan Gustavo Nogueira ressaltou que as obras do acesso norte ao aeroporto internacional de São Gonçalo do Amarante estão entre as prioridades do Governo do Estado. "Por determinação do governador Robinson Faria estamos acelerando as obras do acesso norte. Essa não é apenas mais uma obra de infraestrutura. Os acessos ao aeroporto têm uma importância estratégica para o Governo do Estado na medida em que impulsionam o nosso turismo e incentivam a economia num momento em que precisamos nos fortalecer", afirmou.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 18.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

Supremo mantém a votação

« PARTIDOS » Rosa Weber, do STF, negou em decisão liminar pedido para suspender a votação que define o financiamento dos partidos

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou em decisão liminar (provisória) pedido de parlamentares de seis partidos, entre eles o PT, para suspender a votação da proposta de emenda constitucional da reforma política.

No despacho, a ministra reiterou que a decisão "não antecipa, não indica, não emite nem favorece qualquer juízo de valor" sobre o teor da emenda aprovada, ou seja, o financiamento empresarial de campanhas. Por isso, não tem relação com a ação direta de inconstitucionalidade sobre o tema que tramita no STF. A ministra destaca que não está em análise o mérito do projeto de emenda, mas sim o procedimento legislativo que levou o texto à aprovação em primeiro turno.

Deputados do PT, PPS, PSB, PCdoB, PSOL e Pros entraram



PHILLIPE SAMPAIO

Rosa Weber rejeita o pedido de liminar contra a votação

com mandado de segurança no STF para que a PEC da reforma fosse suspensa, com reclamação relacionada ao trecho da proposta que prevê o financiamento empresarial de campanhas eleitorais a partidos políticos. Os deputados acusavam o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (P-

MDB-RJ) de "ato coator" contra as regras da Casa para aprovar a emenda aglutinativa sobre financiamento.

A ministra do STF negou o pedido liminar, "sem prejuízo" de analisar o mérito do caso em momento futuro. Ela concedeu mais dez dias para que Cunha

apresente novas informações ou complemente as já fornecidas ao tribunal, se entender necessário. Depois desse prazo, o caso será encaminhado para que o Ministério Público Federal se manifeste em parecer.

Na semana passada, Cunha foi pessoalmente conversar com a ministra Rosa Weber, relatora do mandado de segurança. Ele entregou as informações sobre o processo de votação da emenda.

Cunha classificou o mandado de segurança como "mentiroso" e "litigância de má fé". "Uma coisa é você debater e contestar o que está sendo feito. Outra é apresentar uma peça em que você está falseando a verdade, aquela peça é uma peça falsa", afirmou o presidente da Câmara pouco antes de se encaminhar ao STF, na última semana, para a audiência com a ministra.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 18.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

Câmara mantém 1º veto ao projeto do transporte

« **SERVIÇOS DE ÔNIBUS** » Vereadores iniciam a votação da mensagem da Prefeitura com os pontos que foram rejeitados na proposta

Os vereadores de Natal decidiram manter, por unanimidade, um dos 18 vetos do Executivo ao projeto da licitação do transporte público de Natal. A votação foi ontem, no plenário da Câmara Municipal, e tratou das permissões referentes ao transporte alternativo da capital potiguar. O veto mantido se refere à transferência das concessões do transportes alternativos para herdeiros. De acordo com o texto, fica definido que os herdeiros de permissionários só poderão ficar com a permissão durante o período de vigência da licitação.

Desta forma, após o fim da licitação, o herdeiro perde a posse da concessão, que deverá passar novamente por processo de licitatório para definir o novo



Vereadores definem calendário para votação do projeto de licitação do transporte público

permissionário. A votação dos demais 17 vetos do prefeito será retomada a partir das 14h desta quinta-feira (18). Caso não seja finalizada, seguirá durante a sessão extraordinária convocada para esta sexta (19) na Câmara Municipal.

Já foi enviado aos parlamentares o projeto substitutivo do que contemplará o acordo feito pelos vereadores com os representantes da Prefeitura. Ele era, inclusive, a condição para que pudesse ser iniciada a votação dos vetos. Porém, só deve analisado após a apreciação dos demais 17 vetos.

Representantes

Das 18 emendas vetadas pelo prefeito Carlos Eduardo, o substitutivo trará nove artigos. Isso porque alguns vetos feitos serão mantidos sem substitutivo, como acordado pelos próprios vereadores, no diálogo com representantes da Prefeitura.

Dentre os vetos, um dos principais é o artigo 5º XII incisos XII e XIII, que trata da dupla jornada e dupla função dos trabalhadores do transporte público municipal.

Há ainda os artigos 14 inciso XVII, que trata da operação das linhas diurnas durante a semana e seu funcionamento em sábados, domingos e feriados; e também o artigo 33 inciso IX, que fala sobre a instalação de ar condicionado

em toda a frota de forma gradual, iniciando com o mínimo de 20% da frota.

Segundo a assessoria de comunicação do líder do prefeito na Câmara Municipal, vereador Raniere Barbosa, na sessão extraordinária da manhã da próxima segunda-feira (22) está prevista a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da dívida ativa do município. Contudo, estas pautas podem ser postergadas caso a votação da licitação do transporte não seja concluída no prazo previsto.

O prazo para a Prefeitura dar início ao processo licitatório do transporte público - concedido pelo juiz Cícero Macedo em março deste ano - vence no próximo dia 30 de junho.

Nesta terça-feira (16), a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (STTU) informou que deve conceder o reajuste da tarifa de ônibus na capital potiguar antes de finalizar o processo da licitação dos transportes.

Nos cálculos preliminares da secretaria, a passagem aumentaria dos atuais R\$ 2,35 para R\$ 2,50 somente com reposição inflacionária do último ano. Os empresários requerem tarifa mínima de R\$ 2,90. O valor final ainda está "em análise", segundo informação da STTU.

Prazo para emendas termina na próxima segunda-feira

Os vereadores de Natal têm até a próxima segunda-feira para apresentarem emendas ao projeto que delega a uma instituição de crédito a cobrança da Dívida Ativa. A matéria foi aprovada em primeira discussão na última terça-feira, mas segue agora para a segunda discussão, que deverá trazer um debate maior a partir da apresentação das emendas. A proposta do prefeito Carlos Eduardo prever autorizar uma instituição de crédito a fazer a cobrança administrativa de débitos tributários. Os cálculos do Executivo apontam que o projeto pode aumentar de 2,5% para 20% a taxa de recuperação anual da dívida ativa, que atualmente está próxima de R\$ 1 bilhão.

O projeto do Executivo chega ao plenário após tramitar nas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Fiscalização. O vereador Felipe Alves (PMDB) foi relator da proposta da CCJ.

"No âmbito da Comissão (de Constituição e Justiça) eu tenho que apreciar os aspectos legais. Não vi nenhum vício de ilegalidade. Cabe a Prefeitura propor esse tipo de projeto. Portanto, juridicamente não há

qualquer vício", comentou o vereador do PMDB.

Ele observou que na próxima semana, com a discussão das emendas, o debate deverá ser maior porque vai ocorrer emenda por emenda. "O que vai haver é discussão maior pela temática em si, que ocorrerá através das emendas", disse o vereador Felipe Alves. O vereador Júlio Protásio disse que há uma resistência da base oposicionista ao projeto, mas acredita que a bancada do prefeito conseguirá aprovar a proposta. Ainda no mês de abril, o prefeito Carlos Eduardo se reuniu com os vereadores da capital, no Palácio Felipe Camarão, e pediu empenho na votação do projeto de mudança da cobrança da Dívida Ativa.

Durante o encontro, Carlos Eduardo explicou aos vereadores a necessidade de aprovar o projeto envolvendo a Dívida Ativa, destacando que a matéria ajudará a amenizar a difícil situação financeira enfrentada pela Prefeitura do Natal. Ele revelou que o desequilíbrio orçamentário do Município se acentua mês a mês, pois as receitas não acompanham as crescentes despesas.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 18.06.15

EDITORIA: POLÍTICA

CÂMARA CONTINUA HOJE A APRECIAR VETOS DO PREFEITO

/ TRANSPORTES / DEBATE SOBRE PROPOSTA DE ÔNIBUS DE PISO BAIXO NA FROTA TRAVA SESSÃO REALIZADA ONTEM PELOS VEREADORES

CLAUDIO OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

MESMO COM o acordo entre o prefeito Carlos Eduardo e os vereadores para que os 18 vetos às emendas do projeto que regulamenta a licitação do transporte público de Natal sejam aceitos em troca de um projeto substitutivo, o primeiro dia de apreciação dos vetos ocorreu lentamente. Ontem, na sessão ordinária da Câmara Municipal, o veto à proposta de inserir ônibus de piso baixo na frota, mesmo sendo 10% a cada ano até alcançar a totalidade, travou as discussões que continuarão hoje. Apenas um veto foi votado e mantido, relativo à herança da permissão do transporte opcional.

Para atender ao público com necessidades especiais e/ou temporária e idosos, a proposta da vereadora Eleika Bezerra (PSDC) para que a introdução de ônibus com piso baixo ocorra gradativamente num percentual de 10% ao ano, chegando a 100% em dez anos, foi vetada e até ontem não havia acordo para manter o veto.

Em substituição ao veto, o prefeito propõe que a frota a circular em Natal após a licitação terá 20% de ônibus com piso baixo, além de ar condicionado, duas ou três portas, motor traseiro e câmbio automático, com uso de no



► Câmara Municipal votou ontem apenas um veto do Executivo às emendas do projeto que regulamenta a licitação do transporte público de Natal

CONVOCAÇÃO DE SESSÕES EXTRAS

Com a LDO, apreciação dos vetos da licitação dos transportes e as mudanças na cobrança da dívida ativa em pauta, a Câmara Municipal vai realizar sessões extraordinárias para apreciar os vetos e dar celeridade às outras matérias, na expectativa de concluir a votação de todas até o final deste mês.

A primeira sessão extraordinária está agendada para amanhã (19) e outra para a segunda-feira (22) no período das 9h às 13h. Outras deverão ser convocadas nas segundas e sextas-feiras subsequentes até que se conclua a apreciação dos vetos ao projeto que regulamenta a licitação dos transportes.

A pressa para esta matéria em especial também remete ao prazo que a justiça estadual acordou com o Sindicato das Empresas de Transportes (Seturn), Secretaria Municipal de Mobilidade (STTU) e Ministério Público para que em 90 dias a prefeitura realize a licitação dos transportes, mesmo que a Câmara não conclua a votação. O prazo começou a valer desde o dia 31 de março passado e encerra no final deste mês. Se continuar na mesma velocidade de ontem, serão necessárias sete sessões para

máximo dez anos, sendo que a idade média da frota será de quatro anos. A cada ano, mais 10% da frota ficará com esse padrão, mas sem o incremento do piso rebaixado, que ficará apenas no percentual de 20%.

Sem consenso, a discussão se prolongou e não chegou a nenhuma conclusão ontem. "Minha proposta é tímida, não impacta e é apenas 10% por ano. Não vamos voltar atrás, vamos defender essa proposta até o fim e já apresentamos a viabilidade na prática", disse a vereadora Eleika, referindo-se a uma audiência pública que realizou na última sexta-feira, em que apresentou um mini-ônibus no padrão proposto.

Na ocasião, o veículo foi apresentado e realizado um passeio demonstrativo por ruas da cidade, inclusive no bairro de Mãe Luíza, na Zona Leste, onde há ladeira, quebra-molas e desvelamento das vias. "Percorremos vários pontos e em não houve nenhum problema quanto ao veículo circular nas ruas", enfatiza Eleika.

O modelo apresentado tem um sistema de ajoelhamento (knelling), o qual sob comando do motorista rebaixa alguns centímetros do ônibus, facilitando o embarque/desembarque. Depois,



► José Odon Abdon, presidente da Associação dos Deficientes Físicos do RN

o cobrador só precisa baixar manualmente uma rampa próxima à porta, que fica na mesma dimensão da calçada, permitindo o acesso de qualquer pessoa.

Representantes de entidades que defendem os direitos da pessoa com deficiência compareceram à sessão de ontem para pressionar os vereadores a derrubar o veto do prefeito e denunciaram que o percentual dos ônibus atuais adaptados para o acesso de portadores de necessidades especiais não atende à demanda.

"Hoje os empresários burlam

a lei. Elevadores que devem funcionar para acesso de cadeirantes não estão circulando na quantidade que deveria. Quando a gente denuncia tal linha, eles retiram da linha que circulam e põe na linha denunciada para fingir que estão cumprindo", reclama o presidente da Associação dos Deficientes Físicos do RN (Adeferr), José Odon Abdon. Além disso, diz, não há manutenção e poucos que tem está quebrando, sem que haja conserto e poucos motoristas e cobradores conseguem manobrar o equipamento.



“**NÃO VAMOS VOLTAR ATRÁS, VAMOS DEFENDER ESSA PROPOSTA ATÉ O FIM E JÁ APRESENTAMOS A VIABILIDADE NA PRÁTICA**”

Eleika Bezerra, Vereadora

readores, definiu que os herdeiros são aqueles previstos na Constituição federal e que esse direito só é válido durante o prazo da licitação", explicou o vice-líder do prefeito, vereador Júlio Protásio. Os herdeiros ficaram definidos como sendo os filhos e cônjuges, conforme prevê o Código Civil.

Os vereadores aceitaram a proposta em consonância com os sindicatos dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários (Sintro/RN) e dos Transportes Alternativos do Rio Grande do Norte (Stoparn). Hoje continua a votação dos vetos.

que se conclua a apreciação dos vetos.

"Faz parte do debate rediscutir o que não foi aceito por todos. É uma casa democrática que não pode fugir ao debate, mas creio que conseguiremos aprovar tudo, convocando sessões extraordinárias até o início do recesso", disse o presidente da Câmara, vereador Franklin Capistrano (PSB).

Outra matéria que precisa ser votada antes do recesso é a LDO. Por isso, os vereadores precisam correr contra o tempo para conseguir apresentar as emendas ao projeto e votá-lo dentro deste prazo. Na mesma situação, Franklin Capistrano fala do projeto de cobrança da dívida ativa.

Paralelo a estes projetos, tem ainda a apreciação do Plano Municipal de Educação, que valerá como diretriz para o município nos próximos dez anos, mas ainda não foi entregue na Câmara. O plano está sendo elaborado pelo Fórum Municipal de Educação, com integrantes de vários segmentos da sociedade. O projeto ainda poderá receber emendas dos parlamentares. O prazo para a conclusão do plano é 25 de junho deste ano e deve estar adequado também ao Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso.

INICIATIVA DE ELEIKA LEVANTA QUESTIONAMENTOS DOS COLEGAS DA CASA

O presidente da Comissão de Transportes e o líder da base governista, vereadores Aroldo Alves (PSDB) e Baniere Barbosa (PDT), questionaram ontem as informações apresentadas durante audiência promovida pela vereadora Eleika Bezerra, quando apresentou o mini-ônibus adaptado com piso baixo. Aroldo disse que as informações não são confiáveis e suspeita das razões pelas quais uma empresa disponibilizou gratuitamente um veículo na ocasião.

"Com que interesses isso aconteceu. O que leva uma empresa a disponibilizar um ônibus de graça e ainda realizar um passeio? Tem coisas que precisam ser explicadas", disse o vereador, que defende a proposta substitutiva do prefeito

quanto aos ônibus de piso baixo alegando que o impacto na tarifa será alto. Contudo, na mesma audiência, o impacto apresentado pelo especialista em transportes, professor Rubem Ramos, através de informações da própria empresa, é de que o acréscimo na tarifa referente ao piso rebaixado é de apenas 4 centavos por ano.

Este dado é questionado pelo vereador Baniere Barbosa. "Precisamos ser realistas e tomar decisões pela razão e não pela emoção. Falam em quatro centavos, mas de onde vem esse dado? Cadê as planilhas para comprovar isso? É importante esclarecer porque depois a tarifa aumenta mais e aí quem paga é a população", sugere o vereador.



► Rubem Ramos, professor e especialista em transportes

LDO E DÍVIDA ATIVA NA PAUTA

Em primeira discussão, já foram aprovadas pela Câmara Municipal de Natal dois importantes projetos: a mudança na cobrança dos créditos tributários e não tributários do município e a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), pré-requisito para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2016.

As duas matérias entraram em pauta na sessão da última terça-feira e seguem na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da casa. Elas passaram pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e devem ser votadas antes do recesso parlamentar que ocorre no início do próximo mês.

ALDO aponta as metas e prioridades para o orçamento do exercício do próximo ano e a Câmara só poderá entrar em recesso parlamentar após sua votação em ple-

nário, que deve ocorrer até o final deste mês. Devem fazer parte da LDO as alterações na legislação tributária e a política das agências financeiras oficiais de momento, bem como mudanças na política salarial e de pessoal.

Já o projeto que trata da cobrança dos créditos tributários e não-tributários do município foi lido no mês passado em sessão ordinária. Trata de um novo modelo de cobrança da dívida ativa do município. Foi encaminhada à Câmara no ano passado, mas retirada de pauta pelo prefeito, após polêmica em torno de alguns artigos. Agora, retornou à casa alterada, com a exclusão do artigo que permitia um desconto de até 80% nos pagamentos a vista de multas decorrentes de autos de infração.

Segundo a proposta, ações de até R\$ 5 mil relativos ao ISS (Imposto Sobre Serviço); de até R\$ 3mil sobre multas tributárias acessórias abaixo; e sobre outros

créditos abaixo de R\$ 1,5 mil passarão a ser cobrados por uma instituição financeira pública, possivelmente o Banco do Brasil, ao invés de seguir para a justiça.

A dívida ativa do município atualmente fica em torno de R\$ 1 bilhão e a média de retorno com a cobrança é de 2% a 3% por ano. Se for aprovada a lei, a estimativa é de que esse percentual aumente dez vezes, com uma arrecadação em cobranças que pode chegar a R\$ 200 milhões ao ano.

Está acordado que, na próxima semana, vai ocorrer a segunda discussão das matérias sobre a Dívida Ativa, Lei de Diretrizes Orçamentárias e também sobre a Licitação dos Transportes. O prazo para protocolar emendas ao texto-base da LDO termina às 18 horas da próxima segunda-feira (22). No dia seguinte a Comissão de Finanças vai se reunir para dar o parecer e encaminhar a plenário para votação definitiva.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

CCJ aprova reajuste de 78% para o Ministério Público

« CONTAS PÚBLICAS » Aumento salarial escalonado em três anos, se for confirmado em plenário, vai beneficiar os servidores do MP Federal

Brasília (AE) - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou uma proposta que concede um reajuste de até 78% para servidores do Ministério Público Federal. A iniciativa é semelhante a uma anterior que passou pela comissão no dia 22 do mês passado, quando o colegiado aprovou uma proposta que concede aumento salarial para servidores do Poder Judiciário.

Numa rápida votação, os senadores também aprovaram uma proposta para acelerar a tramitação. Assim como no caso dos servidores do Judiciário, o projeto dos servidores do MPU - que engloba os MPs Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios - prevê um aumento salarial médio de 59,49%, escalonados em três anos a partir de 2015.

A decisão da CCJ cria uma dificuldade adicional para o governo, preocupado com o cumprimento do ajuste fiscal. O Executivo já costurava um acordo com os servidores do Judiciário para adiar, para 2016, a entrada em vigor dos reajustes.

Os servidores do MPU afirmam que há defasagem salarial para a categoria, uma vez que não têm um plano de carreiras e salários desde a lei aprovada



Comissão de Constituição e Justiça aprova o reajuste para os funcionários do MP Federal

em 2006. Dizem que só tiveram reajuste de 15,8% divididos entre 2013 e este ano.

Na CCJ do Senado, a proposta foi relatada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que responde a inquérito movido pela própria Procuradoria-Geral da República por suposto envolvimento na Operação Lava Jato. Ele deu parecer favorável à proposta.

"A proposição almeja, essencialmente, recompor a re-

muneração dos servidores do Ministério Público Federal, tema de absoluta justiça. A remuneração desses servidores encontra-se defasada em relação a carreiras equivalentes dos Poderes Executivo e Legislativo, fato que tem ocasionado o aumento da rotatividade de servidores, com significativo prejuízo à atividade do Ministério Público", afirmou Raupp, que não estimou em seu parecer o impacto fiscal com a eventual

aprovação da medida.

As duas propostas - do MPU e da Justiça - agora estão prontas para serem apreciadas em plenário. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), já anunciou que a proposta dos servidores da Justiça será votada no dia 30 em plenário. Até lá, o governo busca fechar um grande acordo salarial para garantir o aumento dos servidores da Justiça e das demais categorias do funcionalismo.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

« INSEGURANÇA »

Custos com violência alcançam 8% do PIB

Os custos do Brasil com a violência somaram US\$ 255 bilhões em 2014, o equivalente a 8% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, estima relatório publicado nesta quarta-feira pelo Institute For Economics and Peace (IEP), um instituto de pesquisa australiano que estuda o impacto econômico da violência ao redor do mundo desde 2008.

Em comparação com os outros 161 países compilados pela organização, o Brasil ocupa a quinta posição no ranking dos que mais gastam com a violência, atrás de Estados Unidos, China, Rússia e Índia. No entanto, quando a comparação é feita a partir da relação com o PIB, o Brasil cai para a 47ª posição, com a liderança ocupada pela Síria, onde as despesas alcançam 42% do PIB. Iraque e Afeganistão estão em segundo e em terceiro lugar, respectivamente, com 31% e 30% do PIB.

O levantamento inclui despesas militares (manutenção do Exército, guerras contra outros países), crimes (homicídios, violência sexual, etc), conflitos (terrorismo, guerras civis, etc) e segurança interna (polícia, serviços de segurança privada, etc). Diferentemente do que ocorre em países do Oriente Médio, onde os maiores gastos estão associados a conflitos armados e à disputa por territórios, o Brasil encontra nos homicídios a sua maior parcela de custos com violência, com 50% do total, o mesmo patamar do México. Em relação a 2008, as despesas brasileiras com homicídios cresceram 21% no ano passado, aponta o documento.

« ESTADOS UNIDOS »

Banco Central mantém a taxa básica de juros

Federal Reserve decidiu não alterar a taxa básica, mas caminha para a elevação

São Paulo (AE) - O Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) decidiu não alterar sua taxa básica de juros. Por unanimidade, os dirigentes da instituição mantiveram a taxa dos Fed Funds entre 0 e 0,25%. Além disso, o Fed sinalizou que está se movendo em direção a aumentos das taxas de juros nos próximos meses, já que os sinais de um mergulho na atividade econômica no início do ano estão diminuindo, mas o caminho de aumento da taxa po-

de ser menos acentuado do que o previsto pelos dirigentes.

O comunicado do Fed apontou uma visão mais otimista sobre o crescimento da economia americana na reunião encerrada hoje que no texto do encontro de abril. No documento mais recente, a autoridade monetária destaca que a economia dos EUA se expandiu moderadamente após estagnação no primeiro trimestre, abandonando a percepção de desaceleração apresentada anteriormente. O novo texto ainda ressalta um maior ritmo na geração de empregos e a redução na subutilização do trabalho. Além disso, o aumento nos gastos das famílias, que em abril era visto em desaceleração, passou a ser considerado moderado.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

Mudança na aposentadoria é vetada

« CÁLCULO » A presidente Dilma Rousseff vetou ontem proposta que mudava o cálculo para obtenção de aposentadoria, mas manteve a fórmula 85/95 como regra de transição para um novo modelo de previdência

Brasília (AE) - A presidente Dilma Rousseff vetou ontem o projeto aprovado no mês passado pelo Congresso, que mudava o cálculo para a obtenção da aposentadoria, mas manteve a chamada fórmula 85/95 como regra de transição para um novo modelo de previdência, que terá como parâmetro a expectativa de vida da população brasileira. Sob o argumento de que precisava ter responsabilidade com o futuro, o governo barrou a iniciativa que passou pelo crivo de deputados e senadores e anunciou que enviará ao Congresso uma Medida Provisória com a nova proposta, tornando flexível a idade mínima de acesso ao benefício pago pelo INSS.

O projeto do governo institui a progressividade da fórmula 85/95, pela qual a soma da idade e do tempo de contribuição deve resultar em 85 anos para as mulheres e 95 para os homens. Em um período de tempo que ainda será negociado com o Congresso, porém, haverá endurecimento dessas regras e mudanças na soma adotada para a obtenção do benefício.

O efeito imediato foi a possibilidade de uma trégua com o Congresso. O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), elogiou a decisão da presidente de manter a fórmula de aposentadoria 85/95 como norte das discussões do novo modelo. "Eu acho que qualquer coisa que partir do 85/95, claro que foi a decisão do Congresso, consagrará avanços. Essa coisa da regra da progressividade vamos ter a oportunidade de discuti-la e, se for o ca-

Em rota de colisão com o Palácio do Planalto até agora, o também presidente do Senado fez um aceno ao Executivo. Ele avaliou que a presidente quer aprimorar a relação com o Congresso a partir dessa iniciativa.

Sempre seguindo a fórmula que combina idade com tempo de contribuição, o cálculo passará a ser, então, de 86/96, 87/97, 88/98 e assim sucessivamente, até chegar em 90/100. Esse escalonamento é, na prática, a principal diferença em relação ao projeto aprovado pelo Congresso. Na tentativa de aplacar as resistências diante do veto, Dilma despachou para o Congresso, à noite, os ministros Joaquim Levy (Fazenda), Nelson Barbosa (Planejamento), Carlos Gabas (Planejamento) e Miguel Rossetto (Secretaria-Geral da Presidência). Eles conversaram por mais de uma hora, separadamente, com os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado.

"Os ministros tiveram a gentileza de vir aqui mostrar o que vão fazer, instituindo a progressividade na fórmula 85/95", disse Cunha. Em maio, Renan disse que, se Dilma barrasse a flexibilização do fator previdenciário, estaria dando uma "pedalada nos aposentados". "Nós vamos chegar ao entendimento", amenizou o líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE).



PAGINA 2
Dilma sanciona novas regras do seguro-desemprego.

“Regra 85/95” vale para pedido feito a partir de hoje

« **APOSENTADORIA** » A aposentadoria será integral quando a soma de idade e tempo de contribuição for 85 anos para as mulheres e 95 para os homens

Brasília (AE) - O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, disse que quem for dar entrada no pedido de aposentadoria nesta quinta-feira, 18, será com base na regra aprovada pelo Congresso “85/95”, “mantendo a reivindicação das centrais sindicais e o que foi aprovado pelo Congresso”. Disse, ainda, que a proposta progressiva que será adotada ainda está sendo finalizada pelo governo para ser apresentada ao Congresso.

Em nota, o ministro comentou que a decisão da presidenta Dilma em manter a regra “85/95” representa uma conquista para os trabalhadores brasileiros. “Reconhecendo que a população brasileira vive mais, o que é bom, e que a Previdência tem que ser sustentável, a progressividade na regra “85/95” garante os direitos dessa geração e das gerações futuras”, afirmou no comunicado.



Pelo cálculo, as mulheres, por exemplo, poderiam se aposentar com 55 anos e 30 de contribuição

A fórmula 85/95 prevê que o segurado social poderá se aposentar recebendo vencimentos integrais – respeitado o teto da Previdência Social – quando a soma da idade mais o tempo de contribuição atingir 85 anos para as mulheres e 95 para os homens. Assim, as mulheres poderiam se aposentar com 55 anos e 30 de contribuição, e os homens com 60 anos e 35 de contribuição. A proposta do governo é manter essa fórmula inicialmente, mas estabelecer uma correção que acompanhe, gradativamente, o aumento da expectativa de vida do brasileiro. Não está claro ainda como o escalonamento vai ocorrer.

Seguro

Além de ter vetado o projeto que mudava o cálculo para obtenção de aposentadoria, a presidente Dilma sancionou – com dois vetos – mudanças no seguro-desemprego.

Com a lei, o trabalhador poderá pedir o seguro-desemprego, pela primeira vez, se ti-



Reconhecendo que a população brasileira vive mais, o que é bom, e que a Previdência tem que ser sustentável, a progressividade na regra "85/95" garante os direitos dessa geração e das gerações futuras"

MIGUEL ROSSETTO

Ministro

ver trabalhado por pelo menos 12 meses nos últimos 18 meses anteriores à demissão. Antes, o período mínimo exigido era de seis meses. Nos casos em que o trabalhador tiver acessando o seguro pela segunda vez, o prazo de carência será de nove meses.

Nos casos em que o acesso se der pela terceira vez, o trabalhador terá de comprovar ter trabalhado por pelo menos seis meses para receber o seguro.

A presidenta vetou dois pontos do texto aprovado pelo Congresso, entre eles o que trata do seguro-desemprego para o trabalhador rural.

Dilma vetou o Artigo 4º, segundo o qual teria direito ao benefício o trabalhador rural dispensado sem justa causa que comprovasse ter recebido salários relativos a cada um dos seis meses imediatamente anteriores à data de dispensa; ou ter sido empregado de pessoa jurídica ou de pessoa física a ela equiparada durante pelo menos 15 meses nos últimos 24 meses e não ter exercido atividade remunerada fora do meio rural no período aquisitivo, entre outras regras.

O motivo do veto, segundo Dilma, é que a medida resultaria em critérios mais restritivos para o trabalhador do campo, com "quebra de isonomia em relação

ao trabalhador urbano".

O outro veto está relacionado à concessão do abono salarial. A presidenta vetou a exigência de pelo menos 90 dias trabalhados no ano-base para ter direito ao benefício. A regra tinha sido incluída pelo governo e os senadores concordaram em mantê-la no texto para não atrasar a votação, diante do compromisso de Dilma em vetar a mudança de prazo na sanção.

Com o veto, fica mantida a regra atual, que garante o pagamento do abono para quem trabalhar por pelo menos 30 dias no ano-base com carteira assinada e tiver recebido até dois salários mínimos. O abono equivale a um salário mínimo. A lei também trata do acesso ao seguro-desemprego. O pescador profissional terá que comprovar ter trabalhado por um ano para ter acesso ao benefício.

A nova Lei estabelece, ainda, que os benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial passam a ser pagos com o arredondamento dos centavos.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 18.06.15
FINANÇAS

EDITORIA: NEGÓCIOS E

Expansão

O crédito cresce mais do que PIB no Brasil, diz a federação dos bancos, a Febraban. Segundo o presidente da entidade, Murilo Portugal, o crédito bancário ao setor privado é superior a R\$ 3 trilhões e equivale a 55% do PIB. A busca por crédito poderá cair, em 2015, com as restrições ao financiamento da casa própria e a alta dos juros.

DEVAGAR A crise no setor automobilístico brasileiro continua. Agora é a Fiat que anuncia férias para 12 mil trabalhadores da unidade de Betim/MG.

Nordeste é otimista

Cerca de 74% dos executivos estão confiantes no desenvolvimento do Nordeste. A pesquisa realizada pela Amcham em parceria com o Ipespe aponta que a crise, até agora, não abalou o otimismo dos gestores (nem a situação financeira das empresas). Foram ouvidos com 106 presidentes, diretores e gestores da região. Os setores que

Combustível

O País está em recessão mas, o consumo de gás natural em residências cresceu 29% em abril. O segmento mantém o resultado do mês estável, embora a utilização de gás natural para a geração de energia elétrica caiu pela primeira vez no ano. Na comparação com o primeiro trimestre do ano anterior o uso de gás natural no país cresceu +4,3%.

mais devem crescer na região são as indústrias automobilística e de energias renováveis. Os gestores também mostraram confiança em relação ao turismo, com 79% e, 49% consideram a região pouco competitiva. Também foi lembrada, por 65%, a defasagem da infraestrutura da região em comparação com a do resto do país.

TRANSMISSÃO O Idema concede licença prévia, à Esperanza Transmissora de Energia, para as linhas de transmissão 500 kV Açú III – João Câmara III; 500 kV João Câmara III – Ceará-Mirim II; 230 kV Ceará-Mirim II – João Câmara II.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

« EMPREGOS »

Caged deve mostrar perda de 100 mil vagas em maio

Números saem hoje. Segundo fontes do governo, "resultado nunca foi tão ruim"

Brasília (AE) - O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) referente ao mês de maio deverá apresentar um corte de empregos na casa de 100 mil vagas. Os números deverão ser anunciados hoje, em Cuiabá. Segundo fontes do governo, o resultado "nunca foi tão ruim".

O Ministério do Trabalho continuará evitando projeções para o resultado do ano, como sempre fez, para não levar a uma decepção como ocorreu no último ano, com um erro das projeções anunciadas ao longo do ano. O ministro da pasta, Manoel Dias, afirmou na segunda-feira que o número preocupa. "Preocupar, sempre preocupa (a redução de vagas), mas são dificuldades que temos de superar", disse.

Em maio do ano passado, o Caged apresentou um resultado positivo em 58,8 mil postos

de trabalho. No acumulado do ano, o resultado está negativo em 137 mil. Pelo menos desde 2003 o Caged de maio não apresenta resultado negativo.

Programa de concessões

Fontes do ministério do Trabalho afirmam que a pasta ainda trabalha com uma melhora do resultado. "As obras do programa de concessões deverão ajudar na contratação", afirmou a fonte.

Outro ponto que o ministério cogita para ajudar em uma possível recuperação do emprego é que, com a liberação do orçamento, as obras voltaram a receber demanda e a construção civil deverá voltar a contratar. No último mês, a construção civil fechou 23 mil vagas. Já no resultado acumulado de 2015, os resultados do emprego no setor são ainda piores, com 76 mil postos de trabalho fechados. A queda do emprego é hoje uma das maiores preocupações do governo por causa dos efeitos recessivos da política de elevação da taxa de juros pelo Banco Central e o ajuste fiscal em curso que está aumentando os custos das empresas.

MARCELO CAMARGO / AGENCIA BRASIL



Manoel Dias, ministro do Trabalho: Redução de vagas preocupa

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

Brasil chega a 5 milhões de microempreendedores

« **NEGÓCIOS** » Marca foi comemorada pelo Planalto, ontem, em meio a um número que desafia: 40% estão inadimplentes com as obrigações

Brasília (AE) - A presidente Dilma Rousseff e o ministro da Secretaria de Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, Guilherme Afif, anunciaram, ontem, em cerimônia, no Palácio do Planalto, que atingiram a marca de 5 milhões de microempreendedores individuais (MEIs) formalizados no Brasil. Somente no Rio Grande do Norte, de acordo com informações do Sebrae RN, essa categoria jurídica soma mais de 68 mil profissionais enquadrados, número que representa mais da metade das 123 mil empresas optantes pelo Simples Nacional no estado.

Em discurso, a presidente Dilma comemorou a meta alcançada no país e disse que o programa de formalização de microempreendedores individuais deu cidadania a quem trabalha por conta própria. O programa simplifica o recolhimento de tributos e reduz a carga tributária que incide sobre esses trabalhadores. Dilma informou ainda que o governo está concluindo o texto que vai ajustar a tabela e aumentar o limite para enquadramento dos microempreendedores no Super Simples. "Estamos finalizando nossa proposta de ajustes para que não tenhamos medo de crescer, e para que a trajetória seja de rampa, e não de precipício tributário", afirmou.



O chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, Dilma e Afif: Nova proposta deve beneficiar categoria

Inadimplência

A despeito das comemorações, o ministro Afif Domingos, admitiu que a inadimplência no pagamento das taxas do programa atinge 40% dos trabalhadores.

O ministro Afif Domingos, por sua vez, em entrevista, ao ser questionado sobre a inadimplência nesse setor, explicou que, para reverter essa situação, o governo voltou a emitir carnês para os trabalhadores. Com a emissão de carnês, o ministro Afif acredita que essa inadimplência foi reduzida em 10 pontos percentuais. Quando o sistema de emissão de guias de recolhimento era feito apenas via internet, a falta de pagamen-

tos atingia 50%. "Lançamos o bom e velho carnê, pois a confecção de carnês está mais próxima da cultura desses trabalhadores, e já experimentamos uma melhoria em termos de adimplência", declarou Afif. Ao não pagar as taxas devidas, o microempreendedor individual perde direito aos benefícios previdenciários, como auxílio-doença e aposentadoria.

Ao falar da importância do programa, Dilma declarou que "finalmente o Estado brasileiro deu cidadania aos microempreendedores individuais". Entre as principais medidas tomadas pela presidente no sentido de estimular os microempresá-

rios, destacam-se a redução de 11% para 5% nos encargos da Previdência para o setor e a proposta de aumento de 100% no teto de receita anual do microempreendedor individual.

Graças a essas mudanças, "5 milhões de batalhadores deixaram para trás o medo da fiscalização, porque agora têm seu negócio formalizado. É algo importante. Implica autoestima, implica se colocar diante do mundo e da sociedade como um cidadão com seus direitos e também seus deveres. Reafirma, na formalidade, que o negócio que ele tem vai, de fato, fazê-lo progredir", lembrou a presidente.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

Indústria investirá R\$ 53 bi a menos

« PESQUISA » Redução de 32,7% no nível de investimento em áreas como máquinas, equipamentos, gestão, inovação, pesquisa e desenvolvimento é prevista para este ano. O faturamento do setor também deve cair

Pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostra que a indústria de transformação vai cortar neste ano 32,7% de seu investimento total em relação a 2014. O recuo representa R\$ 53,3 bilhões a menos em máquinas, equipamentos e instalações, gestão, inovação e pesquisa e desenvolvimento (P&D). O valor despenca de R\$ 163 bilhões no ano passado para R\$ 109,7 bilhões em 2015. Em relação ao faturamento das empresas, o investimento total diminuiu de 6,9% para 4,8%. Em nota, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, disse lamentar a diminuição do investimento da indústria, de 3% para 2% do PIB, "em razão do desempenho ruim de todos os seus setores".

"Quando há falta de demanda, falta de perspectiva e há insegurança, com a ameaça de mais impostos, e a indústria já sente falta de competitividade, o resultado disso é travar os investimentos", afirma Skaf. "E travando investimentos, não há geração de empregos. O país interrompe o círculo virtuoso e entra no círculo vicioso de menos demanda, menos investimento, menos emprego - tudo aquilo que não serve ao Brasil."

Conforme o levantamento, feito pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia



Pesquisa da Fiesp mostra que mais do que dobrou a proporção de empresas que não fará investimentos este ano: Menos fôlego

da Fiesp, mais do que dobra a proporção das empresas industriais que não farão investimento nenhum - de 19,4% no ano passado para 44,4% neste ano.

O grosso da queda se concentra nos investimentos em máquinas, equipamentos e instalações, com R\$ 41,5 bilhões (38%) a menos, indicando que a indústria não pretende aumentar sua capacidade de produção neste ano. Os empresários estão na defensiva, co-

mo costuma acontecer em períodos de recessão ou de baixo crescimento econômico. A preocupação com o baixo crescimento afinge 50% das empresas, nível recorde desde a primeira edição do levantamento, em 2009.

Nos investimentos em gestão, o corte deve ser de R\$ 3,8 bilhões (23,7%). Inovação perde 18% em relação a 2014, ficando com R\$ 3,8 bilhões a menos. P&D tem redução de 25% (recuo

de R\$ 4,1 bilhões).

Pequenas

A análise pelo porte da empresa mostra que as pequenas vão cortar mais, em termos relativos. Entre elas, a redução do investimento total será de 42,8%. As médias devem cortar 38,8%, e as grandes, 29,3%.

A pesquisa foi realizada com 1.205 empresas no Estado de São Paulo entre 9 de março e 15 de

maio de 2015, envolvendo toda a indústria de transformação, exceto fabricação de coque e produtos derivados do petróleo.

Foram ouvidas 501 empresas pequenas, 433 médias e 271 grandes. Para permitir a análise nacional, os resultados da Pesquisa Fiesp de Intenção de Investimento 2015 foram expandidos segundo a Pesquisa Industrial Anual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIA/IBGE).

Carga tributária é apontada como maior obstáculo

Para a indústria, a carga tributária continua a ser o maior obstáculo ao investimento. A razão é apontada por 62% dos entrevistados. "O governo precisa esquecer esse negócio de aumentar impostos", diz o presidente da Fiesp. "Ele precisa reduzir suas despesas, se possível reduzir os impostos, aumentando a competitividade dos setores produtivos brasileiros, e reduzir juros. É isso que tem que fazer. É justamente o contrário do que está fazendo."

A pesquisa reflete a análise de Skaf. A maioria (59%) dos empresários entrevistados considera que a diminuição da carga tributária contribuiria para a retomada dos investimentos. E 42% (em questionário que permite resposta múltipla) acham que o aumento da taxa de crescimento da economia estimularia os investimentos. "Lamentavelmente, o pior desta situação, deste círculo vicioso de menos demanda, menos confiança, menos investimento, é menos emprego. Não há nada que seja pior para o país do que o desemprego. O governo, aumentando juros e aumentando impostos, está realimentando ou alimentando o desemprego", conclui Skaf.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

« TURISMO »

Salão mostrará potencial do RN e de mais três estados

Duas empresas de eventos com sede em Natal (Espacial e Argus) promoverão no Centro de Convenções de Recife, de 6 a 8 de agosto, o 2º Salão de Turismo Rota 101 Nordeste, que reúne o potencial turístico, cultural, artístico e gastronômico de quatro Estados do Nordeste beneficiados com a duplicação da BR-101: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A primeira edição do evento foi realizada em Natal, com cerca de 4 mil visitantes, entre operadores, agentes de viagens, hoteleiros e público final consumidor.

O ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, e o prefeito do Recife, Geraldo Júlio, farão o lançamento oficial do Salão durante café da manhã no próximo dia 26, no Mercure Mar Hotel, na capital pernambucana. O evento também contará com a presença de prefeitos e secretários de Turismo de municípios que integram a Rota 101 Nordeste, além de operadores, agentes de viagem e hoteleiros.

O modelo adotado no Salão em Recife será o mesmo de Natal. Além dos estandes comerciais, a cargo de operadoras, meios de hospedagem, agências de receptivo, parques temáticos, empresas de passeios turísticos e casas de shows e entretenimento, entre outros segmentos, haverá palco para apresentações culturais dos quatro Estados, assim como salão gastronômico e espaço para exposição e comercialização do artesanato dos quatro Estados.

A expectativa é reunir 900 agentes de viagem. O Salão funcionará das 16h às 22h em 6, 7 e 8 de agosto (quinta a sábado).

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA



Piora na previsão de crescimento dos EUA afetou a moeda

« CÂMBIO »

Dólar fecha no menor nível em quase um mês

O dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 3,058, com queda de 1,21% (R\$ 0,037)

Brasília(ABr) - O Federal Reserve (Fed), Banco Central americano, reduziu as previsões de crescimento para os Estados Unidos, levando o dólar a cair no Brasil e fechar ontem no menor nível em quase um mês. O dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 3,058, com queda de 1,21% (R\$ 0,037). A cotação encerrou no valor mais baixo desde 21 de maio (R\$ 3,043).

A moeda iniciou o dia em alta, mas começou a cair no início da tarde. A queda se intensificou a partir das 14h, quando o Fed decidiu manter próximos de zero os juros básicos americanos. Na mínima do dia, por volta das 15h, o dólar chegou a ser vendido a R\$ 3,058.

Ontem, o Fed manteve inalterados os juros básicos dos Estados Unidos, mas reduziu a previsão de crescimento e aumentou a estimativa de desemprego para a maior economia do planeta. O atraso na recuperação da atividade econômica aumenta as chances de o Fed atrasar o início do aumento dos juros norte-americanos.

Juros baixos em países desenvolvidos como os Estados Unidos aumentam o fluxo de capitais para economias emergentes como o Brasil. A entrada de recursos pressiona para baixo a cotação do dólar.

O dólar comercial foi a aplicação mais rentável para o investidor em maio. Depois de ter fechado o mês de abril no vermelho e na lanterna das aplicações financeiras, em maio a moeda americana teve alta de 5,81%, e no ano, de 19,96%. Em último lugar ficou a Bolsa, com recuo de 6,17% em maio.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

DESTINO DO REIS MAGOS SÓ DEPENDE DA JUSTIÇA

/ PRAIA DO MEIO / GRUPO EMPRESARIAL PERNAMBUCANO ADMITE QUE NÃO ESTÁ REALIZANDO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA PARA VERIFICAR SE É ECONOMICAMENTE VIÁVEL UM NOVO PROJETO CASO NÃO OBTENHA PERMISSÃO PARA DEMOLIR O VELHO HOTEL

DIEGO CAMPELO
DO NOVO JORNAL

O REPRESENTANTE DO grupo empresarial Hotéis Pernambuco S/A, Arthur Percínio, negou que o grupo esteja realizando um estudo de viabilidade técnica para verificar se é economicamente viável um novo projeto para a área do Hotel Reis Magos sem a demolição do equipamento localizado na Praia do Meio, Zona Leste de Natal, fechado há 20 anos.

Em entrevista por telefone ao NOVO Jornal, o executivo pernambucano evitou se aprofundar no assunto, mas afirmou que a empresa está brigando na justiça para obter a licença de demolição e que não tem previsão de data para anunciar o que será feito com a estrutura do prédio. "Enquanto não sair a decisão judicial, não podemos fazer nada, mas no dia que o juiz me der a autorização, no outro dia eu derrubo o hotel", afirmou Arthur Percínio.

A Secretária de Turismo de Natal, no entanto, disse que espera agendar no final do mês uma nova reunião com o grupo Hotéis Pernambuco S/A, proprietário do Hotel Reis Magos, para que apresente à prefeitura o projeto de empreendimento comercial que pretende erguer na área.

Em outubro do ano passado, porém, o presidente do grupo Hotéis Pernambuco S/A, José Pedroza, apresentou uma proposta de



► Hotel Reis Magos, localizado na Praia do Meio, Zona Leste de Natal, fechado há 20 anos: alvo de disputa pelo tombamento ou demolição

construir um grande centro comercial na área onde hoje sobrevive os escombros do Hotel Reis Magos. O empreendimento anunciado contaria com 220 lojas e um estacionamento subsolo com 300 vagas. A atual estrutura do hotel seria demolida para a edificação da proposta.

O grupo estimou, à época, que o projeto custaria algo em torno de R\$ 30 milhões. No projeto comercial apresentado aos representa-

tes do município, a previsão era de manter apenas o espaço térreo do hotel, com uma possível reforma com novas colunas e nova fundação.

O encontro do gestor da pasta do turismo de Natal com os empresários pernambucanos para definir o destino do empreendimento que um dia figurou como cartão postal no cenário da orla urbana da cidade estava marcado para ocorrer inicialmente em Natal no dia 1º de junho, mas foi adiado pelo grupo empresarial.

Segundo o secretário de Turismo de Natal, Fred Queiroz, o motivo alegado para o adiamento foi a decisão no último dia 29 de maio do juiz federal Mário Jambo, substituto na 2ª Vara da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, proibindo que a prefeitura concedesse licença ou autorização para a demolição do hotel.

A justificativa dada pelo juiz baseou-se na existência de um processo de tombamento histórico do hotel, aberto pelo Institu-

to do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-RN). Com isso, a decisão pedia que as partes aguardassem o devido processo legal, sob o risco de uma possível demolição ocasionar dano irreparável ao processo de tombamento. Caso a empresa promovia qualquer alteração na estrutura do prédio estará sujeita a uma multa no valor de R\$ 5 milhões.

"Na sexta-feira [29 de maio] foi proferida a decisão na justiça contra a demolição do hotel e a previsão do projeto que eles tinham considerava a demolição. Em função disso, eles desmarcaram a reunião, porque não tinha mais sentido apresentarem um projeto se a decisão da justiça foi contra a demolição", detalha Fred Queiroz.

Ainda segundo o secretário, o grupo empresarial pediu 30 dias para realizar um estudo de viabilidade técnica para verificar se é economicamente viável um novo projeto para a área sem a demolição do equipamento, informação que não foi confirmada pelo exe-

cutivo Arthur Percínio ao NOVO Jornal. Sobre isso, Arthur limitou-se a dizer que esse estudo já foi feito anteriormente e que a empresa não o fará novamente. A opção da empresa pela demolição foi a solução mais viável economicamente até o momento.

O secretário Fred Queiroz também acha inviável um projeto com o imóvel na situação em que se encontra hoje. "O prédio está totalmente deteriorado, o projeto arquitetônico é limitador para qualquer ação no empreendimento e eles vão ver se vale a pena fazer um novo projeto", ressalta.

"Mas eles são empresários e vão decidir. Eu prefiro esperar para saber o posicionamento deles. Eles vão tentar fazer esse estudo de viabilidade para ver se é possível um novo projeto sem demolir e depois nos darão algum posicionamento", explica. A Secretária de Turismo vai esperar até o próximo dia 26 para entrar em contato com o grupo Hotéis Pernambuco S/A e marcar uma nova reunião.

ENTIDADE QUESTIONA FUNÇÃO DO MPF

O presidente do Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico e Artístico-Cultural e da Cidadania (Iaphac-RN), Ricardo Tersuliano, questionou a função do Ministério Público Federal no que diz respeito ao recurso impetrado pelo procurador Kleber Martins e a alegação do mesmo de que o prédio do Hotel Reis Magos não tem valor histórico para a cidade de Natal.

No recurso do MPF, o procurador argumenta que tomar o hotel como patrimônio histórico e/ou cultural se aproxima mais de um grito de apego ao passado e às lembranças de momentos individuais do que uma reverência a um bem que simbolize o valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico ou científico potiguar."

Sobre o argumento do procurador, Ricardo Tersuliano rebate: "A gente tem que questionar isso, porque qual o papel do MPF? Não é defender os direitos da coletividade? O prédio já tem todos esses valores atestados por pessoas competentes, doutores da UFRN, Instituto de Arquitetos do Brasil, o Conselho Arquitetônico, vários movimentos estudantis e só o procurador não enxerga isso".

De acordo com Ricardo, o Iaphac protocolou há dois meses um pedido de audiência com o prefeito Carlos Eduardo, mas o pedido até ontem não havia sido respondido. O pedido da reunião com o chefe do Executivo municipal se dá pelo fato de o prefeito ter prometido, segundo Ricardo, que nenhuma demolição seria feita no prédio e que qualquer reforma só seria realizada caso a empresa mantivesse as características originais da estrutura.



► Fred Queiroz, secretário de Turismo de Natal: decisão será dos empresários

RECURSO AINDA AGUARDA DECISÃO

Tramita no Tribunal Federal da 5ª Região (TRF5) um recurso impetrado pelo Ministério Público Federal do Rio Grande do Norte (MPF) para que a decisão que proibiu a demolição do Hotel Reis Magos seja reformada. Quem assina o recurso impetrado na primeira semana de junho é o procurador da República Kleber Martins.

De acordo com o que argumenta, a mera deflato do processo administrativo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-RN) e pelo Estado do Rio Grande do Norte não implica na conclusão de que o Hotel Reis Magos tem alguma relevância histórica, cultural ou paisagística para a cidade.

"Não concordamos com a tese do Iphan, embora sejamos favoráveis à preservação do patrimônio

histórico. Mas não enxergamos o hotel como um bem que mereça essa denominação, pois hoje ele é só um prédio abandonado cuja história durou 30 anos e não foi palco de nenhum acontecimento histórico relevante", disse o procurador Kleber Martins.

Segundo prevê, uma decisão provisória partindo do relator que está com o caso, desembargador Manoel de Oliveira Erhardt, deve sair nos próximos dias. "Infelizmente não tenho como prever exatamente", afirma Kleber.

Após esse parecer provisório haverá ainda uma segunda decisão, que é dada pelo órgão colegiado de desembargadores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Essa segunda decisão, conforme explica o procurador, deve demorar mais um pouco, uma vez que



► Kleber Martins, procurador da República: hotel não foi palco de nenhum acontecimento histórico

depende da pauta do tribunal.

"Atualmente está em vigor uma decisão de primeira instância proibindo a demolição. Quan-



► Mário Jambo, juiz federal: autor da decisão proibindo que a prefeitura conceda licença para a demolição

do recorri, pedi que fosse reformada a decisão de Mário Jambo por meio de uma decisão liminar, ou seja, uma decisão imediata

contra qualquer óbice de demolição. Quando o recurso for julgado a nossa expectativa é que eles confirmem o nosso pleito, dizendo que o prédio pode ser demolido", explica.

Ainda segundo explana o procurador, após a decisão do órgão colegiado o sistema permite ainda vários recursos, mas em hipóteses consideradas por ele como restritas.

"Praticamente a decisão vai ser definitiva, mas a outra parte pode recorrer, embora com poucas chances de conseguir reverter; essa é uma opinião pessoal minha. Mas ela [a decisão] também é praticamente definitiva se for no sentido contrário ao que estamos pleiteando. Se o colegiado entender que o melhor é não demolir, paciência", afirma.



► Ricardo Tersuliano, presidente do Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico: contestação

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

NOVE MIL ACEITARAM REDUÇÃO DE SALÁRIO

/ TRABALHO / AMEAÇA DE DESEMPREGO DETERIORA CONDIÇÕES DE TRABALHO E SINDICATOS ACEITAM REDUÇÃO NOMINAL DE SALÁRIOS; SEGUNDO A FIPE, PELO MENOS QUINZE ACORDOS FORAM FEITOS ASSIM DESDE MARÇO

AS CONDIÇÕES DO mercado de trabalho brasileiro se deterioraram a tal ponto que alguns sindicatos do país estão aceitando acordos coletivos que permitem a redução nominal dos salários. Não se trata de reajustes abaixo da inflação, com perda real da renda, mas de negociações coletivas para evitar demissões. Levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) revela que, desde março, pelo menos 15 acordos deste tipo já foram assinados no Brasil, a maioria com empresas ligadas à cadeia automotiva.

O Broadcast do Estadão apurou que pelo menos 9 mil trabalhadores passaram a receber salários menores nos últimos meses e este número deve crescer. Até porque, leva algum tempo até os tratados celebrados sejam publicados pelo ministério do Trabalho (MTE). É o caso, por exemplo, de alguns fornecedores da Volkswagen de Resende.

"O tema na mesa de negociação passa a ser muito mais emprego que salário. A opção é perder os anéis, mas manter os dedos", disse Hélio Zylberstajn, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP e responsável pelo levantamento. O especialista ressalta que no atual cenário econômico, com queda da atividade resultando em diminuição da produção nas fábricas, o poder de barganha dos empregados ante as empresas fica comprometido.



► No atual cenário econômico, com queda na produção nas fábricas, poder de barganha dos empregados diminui

Os 15 primeiros acordos celebrados neste ano e já computados pela Fipe junto ao banco de dados do MTE preveem redução de jornada entre 6,6% e 45,5%, acompanhadas de cortes dos salários entre 8% e 47%. Em Santa Catarina, por exemplo, 1300 funcionários de cinco empresas passam ou já passaram por essa situação. "É tem outra empresa de Joinville estudando fazer o mesmo", revelou o secretário-geral do Sindicato dos

Mecânicos de Joinville e Região, José David de Souza Júnior.

No Rio Grande do Sul, pelo menos seis companhias passaram a considerar esta possibilidade e entraram em contato com sindicalistas. "Uma delas têm 1200 empregados, já colocou 200 pra rua... já foi feito banco de horas, férias coletivas... mas para evitar a dispensa, um dos caminhos tem que ser por aí, reduzir jornada e salário" afirmou Elvino Atzler de Lima,

presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Bento Gonçalves.

Em Cruzeiro (SP), após os trabalhadores da Maxion rejeitarem abrir mão da participação nos lucros, 608 foram demitidos e, agora, os cerca de 3,4 mil restantes terão cortes de 10% nas horas trabalhadas e no pagamento, segundo o sindicato dos metalúrgicos do município. A empresa não quis se manifestar. No caso de Resende

(RJ), segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, 3,5 mil funcionários de oito empresas do consórcio modular que atende à Volkswagen tiveram cortes da mesma magnitude.

CONSTITUCIONALIDADE

Mesmo com esse tipo de acordo se tornando mais comum, para Zylberstajn, a redução salarial não deve se espalhar pelo País a ponto de ser um movimento generalizado. Para ele as negociações, que estão ocorrendo fora da data-base à medida em que os cortes de funcionários se tornam iminentes, são uma alternativa que tem sido apresentada diante do agravamento da crise.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, garante que alterações nas relações trabalhistas não podem prejudicar os empregados, e a Constituição de 1988 proíbe a redução de salário, exceto em um caso, explica Carlos Eduardo Vianna Cardoso, advogado e sócio do setor trabalhista do escritório Siqueira Castro. "O inciso VI, do artigo 7º da Constituição Federal, fala que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo", afirmou. Para ele, a exceção, que dá legitimidade a este tipo de negociação, é decorrente do princípio da Constituição de prestigiar a atuação dos sindicatos e as normas de natureza coletiva.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ FINANCIAMENTO /

BNDES pode financiar compra da portuguesa TAP

O **BNDES** (BANCO Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) pode financiar a compra de 61% da companhia aérea portuguesa TAP pelo investidor americano nascido no Brasil David Neeleman, dono da Azul.

O jornal Folha de São Paulo apurou que Neeleman recebeu do BNDES uma carta indicando que o banco tem instrumentos para financiar a compra da TAP e que estaria disposto a avaliar crédito para a operação.

"A carta foi um gesto positivo do banco para a operação de Neeleman, mas ficou nisso até aqui. Não existe um passo além disso, como enquadramento da operação", disse uma fonte no BNDES.

A carta do banco foi uma das várias de instituições bancárias anexadas à proposta do consórcio Gateway, liderado pelo dono da Azul.



► David Neeleman, da Azul, liderou o consórcio vencedor da compra da TAP

O projeto de Neeleman acabou vencedor da concorrência, que foi aberta pelo governo português.

O português "Jornal de Notícias" e a emissora TVI informaram que tiveram acesso à proposta do consórcio Gateway. Segundo

os dois veículos de comunicação, o documento diz que seria uma questão de tempo para o banco fazer parte do consórcio.

Segundo o "Jornal de Notícias", a proposta diz que o consórcio está "confiante" de que o banco se jun-

tará ao grupo "dentro de semanas".

Segundo apurou a Folha, porém, o banco de desenvolvimento não cogita ter participação societária na TAP.

O que o BNDES está disposto a analisar é um financiamento à compra via sua linha de internacionalização de empresas. Essa linha foi usada, por exemplo, pelo frigorífico brasileiro JBS na compra das operações da Swift Co. na Argentina, em 2005. O apoio do BNDES à operação, no entanto, segue em estágio inicial. Entre outros fatores, o banco ainda desconhece os possíveis futuros benefícios da operação para a malha da Azul e Brasil.

Neeleman e o sócio Humberto Pedrosa, 15º homem mais rico de Portugal, vão injetar pelo menos € 338 milhões na empresa e modernizar a frota com 53 aviões novos. Eles assumem ainda dívidas que somam € 1 bilhão.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ MALHA AÉREA /

GOVERNO QUER AMPLIAR AVIAÇÃO REGIONAL PARA 270 AEROPORTOS

O ministro da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha, disse ontem que o Programa de Aviação Regional democratizará o acesso ao transporte aéreo e reduzirá o custo das viagens no interior do país. O programa prevê investimentos de R\$ 7,3 bilhões para adequar e ampliar para 270 o número de aeroportos regionais disponíveis para voos regulares. Atualmente, cerca de 80 aeroportos operam aviação regular, de acordo com a secretaria. O governo concederá subsídio às empresas aéreas para estimular a aviação regional.

"O programa diz que vamos subvencionar, garantir para as empresas aéreas 50% dos assentos. O governo subsidia, paga 50%, com isso a gente garante o voo e garante o passageiro. As pessoas sabendo que tem o voo, começam a habituar-se a viajar de avião e começam a fazer disso sua rotina. Estamos conseguindo democratizar a viagem aérea, o custo da viagem aérea e, com isso, fazer com que todos os brasileiros tenham acesso", explicou o ministro. Segundo Padilha, a expectativa é que no segundo semestre deste ano sejam ini-

ciadas as primeiras licitações para o programa.

O ministro participou nesta quarta-feira do programa Bom Dia, Ministro, produzido pela EBC Serviços em parceria com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Padilha destacou a concessão dos aeroportos de Fortaleza, Porto Alegre, Florianópolis e Salvador anunciada no dia 9 na nova etapa do Programa de Investimento em Logística e falou sobre a reestruturação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). A rees-

truturação vai resultar na criação de duas subsidiárias, a Infraero Participações e a Infraero Serviços.

"Com as concessões a Infraero perdeu receita e temos que reestruturar a empresa. Vamos criar a Infraero Serviços com uma empresa alemã para sermos um player de operação aeroportuária no Brasil e fora daqui. Vamos concorrer fora nas concessões também. Aqui no país vamos ter 270 aeroportos regionais e precisamos ter um ente do estado que tenha experiência para garantir a manutenção das operações no Brasil", afirmou Padilha.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ ENERGIA /

TCU SUSPENDE RENOVAÇÃO DE 39 CONCESSÕES DO SETOR ELÉTRICO

O TCU (TRIBUNAL de Contas da União) determinou que o Ministério de Minas e Energia suspenda, cautelarmente, o processo de prorrogação das concessões das empresas de distribuição de energia.

Ao todo, 39 elétricas ganhariam o direito de renovar seus contratos por mais 30 anos, os vencimentos estão previstos entre 7 de julho próximo e 20 de abril de 2017.

A decisão, do relator, ministro José Múcio, foi tomada ontem. A medida cautelar interrompe o processo que está em fase final de tramitação dentro da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Neste momento, os novos contratos de concessão passam por audiência pública, para que, posteriormente, sejam assinados pelos empresários que tiverem interesse em permanecer no negócio.

O congelamento do processo determinado pelo TCU vai durar até que haja uma nova deliberação do Tribunal.

Para justificar a medida, José Múcio disse que o Ministério de Minas e Energia não conseguiu apresentar elementos suficientes para provar que será mais vantajoso prorrogar os contratos que relimitar as empresas, tendo em vista o interesse público.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 18.06.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ TENDÊNCIA /

PESQUISA DA FGV MOSTRA TENDÊNCIA DE QUEDA EM INVESTIMENTOS

O RESULTADO DA Sondagem de Investimentos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), feita no segundo trimestre deste ano, mostra que 35% da indústria da transformação pretendem investir menos nos próximos 12 meses do que investiram no mesmo período anterior. A pesquisa também mostrou que apenas 18% dessas empresas esperam investir mais.

Segundo a FGV, houve uma piora no resultado em relação ao primeiro trimestre deste ano, pois naquele período, 31% das empresas planejavam investir menos e 27% desejavam ampliar os investimentos. Entre os principais motivos para a queda da previsão de investimentos estão incertezas sobre a demanda e limitação de recursos das empresas.

Em relação ao quarto trimestre de 2014 também houve piora, uma vez que 23% das indústrias pretendiam, naquela época, investir menos e 30%, fazer mais investimentos.

A Sondagem também analisou os setores de construção e de comércio e serviços. Nesses dois segmentos, no entanto, a comparação foi feita com o último trimestre de 2014. No segundo trimestre deste ano, 23% das empresas planejavam investir mais e 17%, investir menos. No quarto trimestre de 2014, os percentuais eram, respectivamente, 34% e 10%.

No comércio, os resultados do segundo trimestre deste ano mostram que 27% das empresas preveem maiores investimentos e 15% mostram-se dispostos a reduzi-los nos próximos 12 meses. No último trimestre de 2014, as empresas indicaram 44% e 10%, respectivamente.

Já na construção, 15% pretendiam investir mais e 31%, investir menos, segundo a Sondagem do segundo trimestre deste ano. No último trimestre de 2014, 20% projetavam aumento nos investimentos e 22 diminuir os investimentos.

A Sondagem refere-se também aos investimentos já feitos pelas empresas nos 12 meses anteriores. Os setores apresentaram os seguintes resultados: indústria da transformação (24% das empresas afirmaram ter investido mais nos 12 meses anteriores e 35% terem investido menos), serviços (27% mais e 20% menos), comércio (29% mais e 11% menos) e construção (14% mais e 39% menos).

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 18.06.15

EDITORIA: RODA VIVA

► O comércio do RN está no negativo (-0.6%) em relação ao ano passado. No Brasil, a retração é ainda maior: - 6.1%